



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de  
Mesquita Filho  
Brasil

Santos HANSEN, Patrícia

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre  
eles?

História (São Paulo), vol. 30, núm. 2, agosto-diciembre, 2011, pp. 51-80

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221021290004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História (São Paulo)

**Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?**

**Authors, editors, readers. What do children's civic books of the Brazilian  
First Republic say about them?**

---

Patrícia Santos HANSEN\*

**Resumo:** A produção literária infantil com teor cívico se sobressai no conjunto dos primeiros livros brasileiros concebidos para atrair a criança leitora publicados desde os últimos anos do século XIX. Trata-se, na verdade, da maior parte da produção ficcional originalmente escrita para aquele público específico. Considerando este dado, o objetivo deste artigo é investigar conteúdos e estratégias discursivas, assim como aspectos editoriais e gráficos, com os quais se pretendia conformar um mercado que despontava com infinito potencial de crescimento. No curso da análise, procurar-se-á, também, sublinhar a especificidade e a dinâmica das relações entre alguns dos principais sujeitos envolvidos na produção, na circulação e na recepção dos livros infantis da passagem do século XIX para o XX: autores, editores e leitores.

**Palavras-chave:** Livros para crianças. Literatura infantil. Nacionalismo. Literatura cívica.

**Abstract:** Books for children with civic content is a strong feature in the set of the first books designed to attract the young Brazilian readers, published since the end of the nineteenth century. In fact, these books represents the major fictional production originally written for that audience. Thereby, this paper aims to investigate the content and discursive strategies, as well as graphics and editorial aspects, which a potentially growing market should comply with. Throughout the analysis, we will also attempt to underline the specificity and dynamics of relationships between some of the key individuals involved in the production, circulation and reception of children's books of the late nineteenth and early twentieth century: authors, editors and readers.

**Keywords:** Children's books. Children's Literature. Nationalism. Civic duty literature.

---

\* Doutora em História – FFLCH/USP. Atualmente realiza pós-doutorado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – IEUL – Alameda da Universidade, Lisboa, 1649-013, Portugal. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Biblioteca Nacional entre 2009 e 2010. E-mail: hansenwagner@gmail.com.

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

O fenômeno do nacionalismo na produção literária para crianças a partir da segunda metade do século XIX tem sido menosprezado como objeto de estudo.

Seguindo o modelo do italiano *Cuore* (AMICIS, 1888) ou do francês *Le tour de France par deux enfants* (BRUNO, 1877), até hoje reeditados e sempre objeto de interesse renovado das ciências humanas e sociais em seus respectivos países, os congêneres brasileiros não têm despertado a mesma curiosidade acadêmica, apesar desse quadro vir mudando nos últimos anos graças a uma espécie de redescoberta de alguns títulos. Entre os quais *Através do Brasil* (BILAC; BOMFIM, 1910) é indiscutivelmente o melhor exemplo.

Entretanto, se o *Cuore* dialogava intensamente com o processo de Unificação da Itália, propondo um ideal de nação liberal e burguês e o *Le tour de France par deux enfants* insere-se na consolidação da 3ª República na França, os autores brasileiros, a despeito de apropriarem-se largamente dessas matrizes, sempre se preocuparam em ir além dos pastiches, abordando questões pertinentes aos contextos, social, político, econômico e cultural do país. Por esta razão, temas relacionados à miscigenação, ao atraso econômico, ao passado histórico são sempre tratados nos livros cívicos nacionais, indicando certa militância na medida em que nestes eram apresentados projetos utópicos aos futuros cidadãos (HANSEN, 2009).

No Brasil, a literatura produzida especialmente para crianças surgiu apenas no final do século XIX, assumidamente como resposta à necessidade de leituras em linguagem acessível ao público infantil brasileiro. Inicialmente, as edições eram traduções de clássicos europeus para o português falado, aqui apresentadas como reação às traduções portuguesas que impunham verdadeiros obstáculos à compreensão dos textos pelos seus leitores-alvo. Porém, também o trabalho de compilar e traduzir, ou ainda, de produzir pastiches de histórias estrangeiras ou provenientes da tradição oral visando uma “adaptação” ao público nacional, foi empreendido por aqueles mais preocupados com o entretenimento das crianças fora do ambiente escolar, nunca descuidando da pedagogia moral. Eloquentes sobre este esforço são as notas introdutórias de João Ribeiro e Figueiredo Pimentel aos seus respectivos livros.

O primeiro, filólogo, historiador, crítico e poeta, tradutor da primeira edição brasileira do *Cuore* de Edmundo de Amicis, fazia a seguinte “Advertência” aos leitores:

Revendo a nova tradução que apelidamos de brasileira em cotejo com outra portuguesa, assaz rara e sem circulação legal no Brasil, podemos verificar que sempre preferimos na linguagem comum as expressões nacionais, igualmente

Patrícia Santos Hansen

vernáculos. Desta arte são mais frequentes na tradução brasileira as expressões papai, mamãe, como é costume dizer entre nós, em vez de papá e mamá [...]  
Para os estudiosos e amadores de comparações entre a linguagem portuguesa da Europa e a da América, o texto pode talvez apresentar alguma curiosidade.  
Feita para o Brasil, exclusivamente, como é em verdade a destinação de todos os livros brasileiros, a tradução agora revista oferece algumas correções úteis e necessárias. (RIBEIRO, 1954, s/p).

Por sua vez, Alberto Figueiredo Pimentel, que viria a ser um dos cronistas mais influentes da *Belle Époque*, sublinha a importância e o êxito daquelas iniciativas editoriais que vinham “preencher sensível lacuna”, chegando a motivar a “inveja e a imitação dos exploradores de idéias e trabalhos alheios”. Nas suas próprias palavras:

Pela terceira vez editamos um livro de contos para crianças. Animou-nos tal cometimento o extraordinário sucesso dos anteriores – *Contos da carochinha* e *Histórias do arco da velha* – que obtiveram êxito extraordinário, raro, nos anais da livraria brasileira.

Em verdade, ambos esses livros – dizemo-lo com orgulho – vieram preencher sensível lacuna: neles estão reunidos muitíssimos contos populares, que andavam espalhados exclusivamente na tradição oral, passando de geração em geração, sem no entanto nunca haverem sido colecionados escritos.

[...]

As crianças brasileiras, às quais destinamos e dedicamos esta série de livros populares, encontrarão nas *Histórias da Avozinha* agradável passatempo, aliado a lições de moralidade, porque tais contos encerram sempre um fundo moral e piedoso.

E, só com a satisfação que experimentamos de sermos úteis aos nossos jovens patrícios, damo-nos por bem pagos de nosso trabalho. (PIMENTEL, 1896, s/p).

A presença destas notas, que não se dirigiam ao leitor final e sim aos adultos mediadores dessas leituras, serve para indicar a importância, o valor e o pioneirismo que eram atribuídos a estes livros por seus produtores. Porém, em ambas percebemos uma destinação explícita: não as crianças em geral, mas as “crianças brasileiras” eram pensadas como o público consumidor destes livros. E o que hoje parece ser óbvio, a adaptação dos produtos às características específicas de seu mercado consumidor, não pode ser explicado apenas pela lógica de mercado. Pois, para que o leitor infanto-juvenil se constituísse em “mercado consumidor”, era necessário que antes se operasse uma importante mudança cultural, em particular no que diz respeito às sensibilidades, em determinados segmentos sociais.

Daí que a ampliação da exigência de nacionalização da linguagem aos temas e aos personagens tenha inspirado o surgimento de uma literatura original, possuidora, em sua maior parte, de caráter cívico. Esta, não somente expressava o conjunto de preocupações que convergiam para o problema da formação da nação brasileira na passagem do século XIX para o XX, mas

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

traduzia também importantes mudanças sociais em curso, apontando para uma modernização da sociedade que, entre outras consequências, iria conferir uma posição de maior relevo às crianças.

Este aspecto é importante, já que, para existir “literatura infantil”, compreendida como um tipo de texto produzido para crianças, conforme a concepção que seus autores possuem a respeito deste público leitor, é necessário que haja reconhecimento da infância como uma “idade da vida” (ARIÈS, 1981) com características e necessidades específicas, mas também que exista um reconhecimento do valor social da criança. Tal valor, para o período aqui abordado, associa-se ao estatuto que a criança adquire desde o século XIX, como futuro da família, da “raça” e da “nação” (PERROT, 1999, p. 198). No caso do Brasil, pode-se dizer que essa representação – especialmente nos textos com os quais se propôs trabalhar – acentua-se por tratarem-se justamente daqueles que passam a ser vistos como os futuros cidadãos de um país imaginado como “novo”, “promissor”, ou “do futuro” (HANSEN, 2007).

A despeito das muitas possibilidades e polêmicas sobre o uso da categoria literatura infantil (HUNT, 2010; DIOGO, 1994; RUDD, 2010; entre outros) optou-se, aqui, por utilizá-la, simplesmente, com o sentido de uma literatura intencionalmente produzida para a criança leitora. Ou seja, ficam excluídos os textos não escritos para crianças que acabaram por cair no gosto infantil e/ou que tenham sido destinados a este público por mediadores adultos por motivos comerciais, pedagógicos, etc. Tal critério deixa de fora, por exemplo, os livros de leitura organizados na forma de compilações, como é o caso daqueles assinados pela dupla Bilac e Bomfim, mas os exemplos clássicos daquilo que esta concepção de literatura infantil exclui, já que é focada na produção e na destinação original dos textos, trata-se dos grandes romances de aventura como *Robinson Crusoe*, entre outros, que estão em geral no cerne dos argumentos daqueles que defendem que literatura infanto-juvenil é tudo que foi destinado à leitura das (ou apropriado para) crianças e jovens em diferentes momentos.

A respeito do caráter cívico-pedagógico e nacional, critério delimitador dos livros infantis que são aqui analisados, este vai muito além da inculcação dos símbolos cívicos, da doutrinação patriótica ou da construção de uma memória comum. Esta literatura, pode-se dizer, acaba por ser um campo de disputa entre diferentes projetos para o futuro da nação brasileira, caso das ideologias em vários aspectos conflitantes de Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida. Neste sentido, a moldura nacional na qual nosso objeto está inscrito tem menos a ver com a nacionalidade dos autores ou com a nacionalização da linguagem e dos temas do que propriamente com o leitor imaginado pelos autores o qual, ao confundir-se com uma representação ideal da infância brasileira, torna-se sujeito e objeto dos projetos de nação contidos naqueles livros.

Será considerado também, aqui, o critério da ficcionalidade, usado para distinguir o que é chamado de literatura infantil cívica dos manuais escolares de educação cívica ou, até mesmo, de história para o ensino primário. Trata-se, neste caso, portanto, de distinguir aqueles textos que continham, como seus autores costumavam dizer, elementos de “fantasia”, os quais, para cumprir a finalidade aqui proposta, considera-se como a inclusão de personagens, cenários e situações inventados para tornar a leitura mais agradável e prazerosa para as crianças, mesmo que essas invenções fossem assumidamente uma estratégia para ensinar “verdades” e cumprir a finalidade pedagógica última daqueles livros que, aliás, é o que os autores reiteradamente afirmam.

Com base nestes critérios, chegou-se aos seguintes títulos, publicados pela primeira vez até 1930: *América* (COELHO NETTO, 1897); *A terra fluminense* (BILAC; COELHO NETTO, 1898); *A Grande Pátria* (KÖPKE, 1900); *Poesias infantis* (OLAVO BILAC, 1904); *Contos pátrios* (BILAC; COELHO NETTO, 1904); *Histórias de nossa terra* (ALMEIDA, 1907); *Através do Brasil* (BILAC; BOMFIM, 1910); *Alma* (COELHO NETTO, 1910); *Histórias da terra mineira* (GÓIS, 1914); *Saudade* (ANDRADE, 1919); *Primeiras Saudades* (BOMFIM, 1920); *Crianças e homens* (BOMFIM, 1922); *Coração Brasileiro* (FARIA NETO, 2ed., 1925); *Contos da História do Brasil* (CORRÊA, 1927); *Terra Pernambucana* (SETTE, 3ed., 1932); *Brasil, minha terra!* (SETTE, 1928).

Como todos os livros destinados às crianças, estes também seriam sempre, em última instância, “escolhidos” por um adulto. São os pais ou um responsável que os comprem, às vezes com a indicação ou por exigência de um professor ou da escola. Outras vezes, são leituras determinadas por políticas que implicam na acessibilidade de determinados livros e não outros nas bibliotecas ou, ainda, que fazem destas leituras itens de programas escolares.

Em razão desta relação intermediada entre os produtores e distribuidores do objeto livro, em particular autores e editores, e seus consumidores finais que são as crianças, o livro infantil pressupõe, obrigatoriamente, pelo menos dois tipos de leitores: um adulto que se supõe ter completo domínio da leitura e uma criança que pode estar em diferentes etapas no processo de aquisição desta competência.

Por este motivo, não é de se surpreender que os autores, em seus prefácios, explicações, advertências e textos introdutórios de qualquer tipo, se dirijam antes, e com linguagem diferenciada, ao adulto/intermediário que pode mesmo ser tratado como o “leitor”.

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

Estes textos que constituem um “protocolo de leitura” (CHARTIER, 2009) estabelecido pelo autor, na maioria das vezes, ou excepcionalmente pelo editor, atuam ao lado de outros dispositivos que também podem ser de responsabilidade de um, de outro, ou de ambos, tais como os elementos gráficos, ilustrações, subtítulos, etc. Em conjunto, estes elementos buscam, de um lado, tornar o livro mais adequado ao seu público alvo que, desnecessário dizer, é desejável que seja o mais amplo possível; de outro, conduzir de maneira eficaz à leitura correta do livro, tal como supõem seus produtores.

Infelizmente, não são todos os livros que contêm alguma introdução explicitando o que seus autores esperam dele e de seus leitores. Entre os que foram aqui identificados, o primeiro a dar instruções claras deste tipo é *A Terra Fluminense*, de 1898.

Apresentado com indicação para “Educação Cívica”, o livro traz uma curta “nota” sobre o dever do professor em chamar “a atenção dos alunos para as palavras em grifo, explicando-as”, e logo na página seguinte um parágrafo, um pouco mais elaborado, em que os autores procuram esclarecer os objetivos do livro:

Não conseguimos, por certo, apresentar um trabalho perfeito. Mas anima-nos a convicção de que não poupamos esforços para escrever um livro original, em que a criança encontrará, sumariamente indicadas, toda a vida política, toda a vida moral e toda a vida comercial da Terra Fluminense. Neste livro, a História e a Fantasia andam unidas; e procuramos aproveitar os assuntos de maneira que pudessem eles interessar não somente a inteligência, mas também o coração das crianças. A grande e a pequena lavoura, as origens da civilização e do trabalho, as indústrias, os aspectos da Natureza, o comércio, a formação dos núcleos geradores do progresso, a evolução política, o passado, o presente e o futuro do Estado do Rio de Janeiro estão, parece-nos, resumida e claramente contidos nesta obra. Quisemos fugir da aridez, da forma complicada e da banalidade, ao mesmo tempo; dirão os competentes se nos saímos bem da empresa. E se nestas poucas páginas sinceras a criança aprender a amar a sua Pátria, estarão satisfeitos os desejos de Coelho Netto e Olavo Bilac. (BILAC; COELHO NETTO, 1898).

Já em *A Grande Pátria*, publicado em 1900, mas com texto introdutório datado de 1896, o autor se dirige explicitamente “ao leitor” nos seguintes termos:

Não publico este livro com pretensão quanto à sua substância; sim, e só, porém, como sugestivo quanto ao método de exposição, que procede do presente para o passado, a fim de que outros mais senhores do assunto melhor partido tirem da sua competência em favor dos que se instruem, caso neste ensaio algo divisem de aproveitável e digno do seu esforço.

Patrícia Santos Hansen

Procurei desenrolar ante o espírito juvenil, ao qual enderecei o meu trabalho, a trama dos fatos concernentes à história pátria, de modo que, pela realidade atual, em que tem ele experiência própria, e em que é parte, chegue à posse dos antecedentes, que prepararam essa mesma realidade.

[...]

Quanto à feitura, em alguma coisa se pode ela comparar à da História Alegre de Portugal, de Pinheiro Chagas, que somente depois de ter mostrado o meu trabalho ao meu douto amigo Senador Severino Vieira, vim, por indicação sua, a conhecer. Preferi, todavia, o diálogo com exclusão completa de qualquer parte expositiva, por se me afigurar que seria isso um recurso para o exercício da leitura expressiva em classe, e que esta graças ao seu caráter dramático, não só suscitaria os brios dos interlocutores, animando-lhes o tom, como, captando a atenção dos ouvintes, a quem, de outro lado, as alternativas do diálogo descansam, muito contribuiria para facilitar a impressão e a retentiva dos fatos rememorados.

A referência que, no correr do livro, se faz a um *álbum*, acusa o propósito de o acompanhar de ilustrações que mais interessem o espírito pelo conhecimento dos fatos, em que se inicia.

Entretanto, o desenvolvimento ainda pequeno das nossas artes gráficas me inibe de dar nesta edição esse complemento utilíssimo (1), que somente se tornará possível se a aceitação do que, sem ele, posso dar, me permitir contractar, onde mais convenha, a publicação das gravuras, a que aludo.

Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1896.

João Köpke

(1) Esta deficiência pode, em parte, ser suprida pela recente publicação da casa Garnier *Galeria de história brasileira*. (KÖPKE, 1900, p. V-VII).

A comparação das informações contidas nas folhas de rosto dos três primeiros livros do gênero aqui analisado – *América*, *A terra fluminense* e *A grande pátria* –, com os esclarecimentos fornecidos pelos autores nos textos introdutórios dos dois últimos, conduz a constatações interessantes. Enquanto os dois primeiros livros são apresentados como indicados para “Educação Cívica”, ainda que seguindo modelos narrativos bastante diferentes, *A Grande Pátria* destina-se “para diálogo nas Escolas Primárias” e informa que seu conteúdo é constituído por “Leituras Históricas”.

O subtítulo “educação cívica” serve para enfatizar o objetivo mais amplo que era atribuído aos dois primeiros. Já a indicação presente na capa do livro de Köpke, “para diálogo nas escolas primárias”, ressalta, como também faz o autor em sua nota para o leitor, a originalidade de um “método”. Além disso, é o único que contém uma referência mais clara acerca do público para o qual foi concebido: alunos das “escolas primárias”. Também no texto introdutório, o autor determina que o modo ideal de leitura seja “a leitura expressiva em classe”, a qual, por seu caráter “dramático”, favoreceria a “impressão e a retentiva [sic] dos fatos rememorados”.



Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles?

		
<p>Fig. 1 - Folha de rosto de <i>América</i> (COELHO NETTO, 1897). Acervo Casa Rui Barbosa.</p>	<p>Fig. 2 - Folha de Rosto de <i>A terra fluminense</i> (COELHO NETTO; BILAC, 1898). Acervo Casa Rui Barbosa.</p>	<p>Fig. 3 - Folha de Rosto de <i>A Grande Pátria</i> (KÖPKE, 1900). Acervo Biblioteca Nacional.</p>

Cabe salientar que o livro de Köpke é surpreendentemente original. Num momento crucial da constituição da história do Brasil como disciplina, quando o que estava em questão era conferir legitimidade e autonomia a este campo intelectual, estabelecendo seus parâmetros de cientificidade, o autor ousou misturar elementos de ficção, ainda que apenas no “método de exposição”, como ele ressalta, aos “fatos” narrados. O próprio autor sublinhava sua originalidade afirmando ter tido conhecimento da *História Alegre de Portugal* (1880), com a qual teria alguma coisa em comum, somente depois de terminado *A Grande Pátria*. Mas o livro de Pinheiro Chagas é bastante diferente do de Köpke, a começar pelo público a que se destinava, conforme a indicação: “para o povo e para as escolas”.

A equivalência entre leitores “crianças” e “homens do povo”, por parte de alguns autores, ocorreu algumas vezes na literatura cívica brasileira e sempre nos livros de divulgação histórica, a exemplo de *Nossa Pátria*, de 1917. Este era introduzido pelo autor, Rocha Pombo, com a seguinte frase: “Este livrinho é feito para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo”. Não obstante, a ocorrência eventual e exclusiva nos textos de vulgarização histórica reforça a tese do

comprometimento da maioria dos autores aqui estudados com um projeto de formação de “brasileiros” que tinha a infância por objeto e sujeito (HANSEN, 2007).

Se ambos os tipos de leitores eram imaginados como necessitados de facilitadores de leitura: parágrafos e capítulos mais curtos, ilustrações, linguagem mais simples, etc., o público-alvo da grande maioria dos autores eram, declaradamente, “as crianças”. Tal se verifica nas referências explícitas feitas por eles, como no texto que apresenta *A terra fluminense*, citado acima, ou na utilização de elementos que permitiriam a identificação do texto como infantil, por exemplo: a predominância de personagens de crianças e jovens, questões próprias ao que os autores supunham ser o universo de preocupações das crianças, descrições do cotidiano escolar, etc. Além disso, para não deixar qualquer dúvida, os editores podiam somar uma ou outra indicação como o inequívoco “para as crianças”, que acompanhou o título de *Contos Pátrios* durante dezenas de edições.

Torna-se necessário, portanto, distinguir analiticamente os processos de produção do texto e de produção do livro, segundo a sugestão de Chartier:

Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor; visam a definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido. Elas repousam em uma dupla estratégia de escrita: inscrever no texto as convenções, sociais ou literárias, que permitirão a sua sinalização, classificação e compreensão, empregar toda uma panóplia de técnicas, narrativas ou poéticas, que, como uma maquinaria, deverão produzir efeitos obrigatórios, garantindo a boa leitura. Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja. Mas essas primeiras instruções são cruzadas com outras, trazidas pelas próprias formas tipográficas: a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração. Esses procedimentos de produção de livros não pertencem à escrita, mas à impressão, não são decididas pelo autor, mas pelo editor-livreiro e podem sugerir leituras diferentes de um mesmo texto. Uma segunda maquinaria, puramente tipográfica, sobrepõe seus próprios efeitos, variáveis segundo a época, aos de um texto que conserva em sua própria letra o protocolo de leitura desejada pelo autor. (CHARTIER, 2009, p. 96-97).

Importa, aqui, reter a questão da sobreposição dos efeitos da maquinaria tipográfica – variáveis segundo as edições de um livro –, aos dos “dispositivos de leitura” inscritos no texto pelo próprio autor e que permitem a conservação das suas intenções originais.

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

Assim, por exemplo, *América*, o interessante e raro livro de Coelho Netto que é, provavelmente, a primeira narrativa de ficção com caráter cívico produzida no Brasil, não possui indicações explícitas do autor a não ser pela dedicatória: “Aos meus jovens patrícios”. Mas, encontra-se, na folha de rosto, a indicação de um propósito: “educação cívica”, e uma interessante modificação do suporte nos exemplares do 3º. milheiro que é a inclusão de páginas pautadas em branco, ainda que sem quaisquer instruções sobre como deveriam ser utilizadas. Apenas pela sua presença, contudo, já é possível somar elementos a uma representação de seus leitores como crianças que já possuem domínio da escrita. Cabe lembrar que, conforme alguns autores chamam a atenção, uma defasagem entre a aquisição da leitura e da escrita pode variar conforme a época, o lugar, o método de alfabetização, etc. (CHARTIER, 2009, p. 79-80). Por fim, outro aspecto incomum em *América*, em comparação com os livros contemporâneos, é o destaque dado ao ilustrador A. Lucas que tem seu nome na folha de rosto. A esse respeito, é interessante remeter não só à costumeira ausência dos créditos do ilustrador nas décadas seguintes como também ao reconhecimento ainda ocasional, incerto e nem sempre conferido aos ilustradores dos livros de Monteiro Lobato mais de três décadas depois (FARIA, 2009, p. 53-63).

Outro caso interessante é o livro *Contos da História do Brasil* de Viriato Corrêa que, segundo a nota introdutória, resultou de uma apropriação de textos para “adultos”, do mesmo autor, por parte do professorado, para utilização nas escolas. Deparado com esta situação, o autor decide adaptar os textos aos “espíritos infantis” e acrescentar outros, explicando o resultado “ao leitor”, nas seguintes palavras:

Após a publicação das *Histórias da nossa História* e da *Terra de Santa Cruz*, várias figuras do magistério público carioca, por gentileza ou por amizade, manifestaram desejos de adotar os dois livros nas escolas, para a leitura cívica das crianças.

Era-lhes, porém, impossível. Qualquer dos dois livros tinham páginas de algum modo ousadas, de algum modo rudes para os espíritos infantis.

A todos prometi sanar o mal, escolhendo num e noutro livro os artigos e os contos que melhor se amoldassem à pureza da alma da infância.

É esta a razão de ser dos *Contos da História do Brasil*. De novo há aqui apenas quatro ou cinco trabalhos, feitos de propósito, para que o livro não deixasse de ter os aspectos culminantes da história pátria.

[...]

Patrícia Santos Hansen

Evidentemente faltam nos *Contos da História do Brasil*, em quaisquer dos períodos assinalados, episódios que possam melhor definir as subdivisões das fases. Mas o fim deste livro é apenas dar às crianças, pela feição anedótica, o tom geral da história brasileira. É possível que, com o caminhar dos tempos, com a aceitação que ele possa ter nas escolas, todas as falhas sejam sanadas.

O Autor. (CORRÊA, 1921, p. XI-XIII).

Aqui, como na nota de João Köpke, o autor se desculpa pelas falhas ou faltas e condiciona sua correção à boa aceitação do livro pelo público, o que garantiria sua reedição. No caso de Köpke, entretanto, tratava-se mais de conseguir oferecer ao público uma edição ilustrada, lamentando que “o desenvolvimento ainda pequeno das nossas artes gráficas” o impedisse de dar na ocasião aquele “complemento utilíssimo”.

Considerando o testemunho do autor, é ainda mais surpreendente o destaque dado ao ilustrador de *América*, cujos desenhos, aliás, inseridos nas páginas iniciais dos capítulos, eram bastante modestos em relação ao espaço ocupado pelo texto. Em outros livros ilustrados com desenhos, *Contos Pátrios*, *Poesias Infantis*, *Alma*, *Primeiras Saudades* e *Coração Brasileiro*, por exemplo, pode-se identificar a assinatura (às vezes somente as iniciais) do ilustrador junto aos desenhos, como é o caso dos dois primeiros, que são assinados por “M.M.” e do terceiro por “Raul L.”, respectivamente. Nos outros, os desenhos sequer são assinados.

*Contos Pátrios* e *Poesias Infantis*, no entanto, merecem atenção especial. Os dois livros de 1904 integravam a *Biblioteca dos Jovens Brasileiros* da Francisco Alves, ao lado de *Pátria Brasileira* e *Contos para crianças*, e os três primeiros compartilharam, durante muitas edições, da mesma ilustração nas capas. *Contos para crianças*, de Chrysanthème, apesar de fazer parte da “Biblioteca dos Jovens Brasileiros”, não possui nada em comum com os outros além da destinação ao leitor infantil. Tal diferença será marcada pelo tratamento visual bastante diferenciado desde a capa, até a valorização do ilustrador e das ilustrações, mais comuns nos livros que eram vistos como dotados de vocação para uso mais recreativo que escolar.

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles?

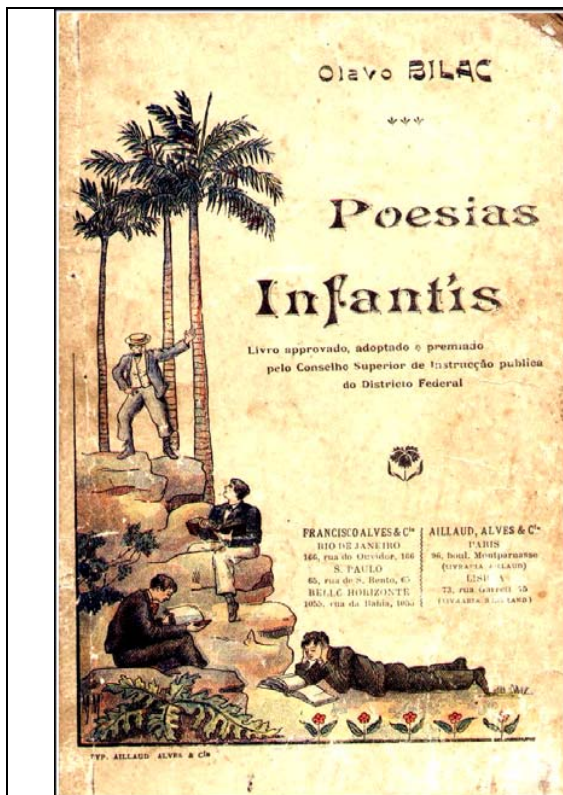


Fig. 4 – Capa de *Poesias Infantis* (BILAC, 1913) – Acervo particular

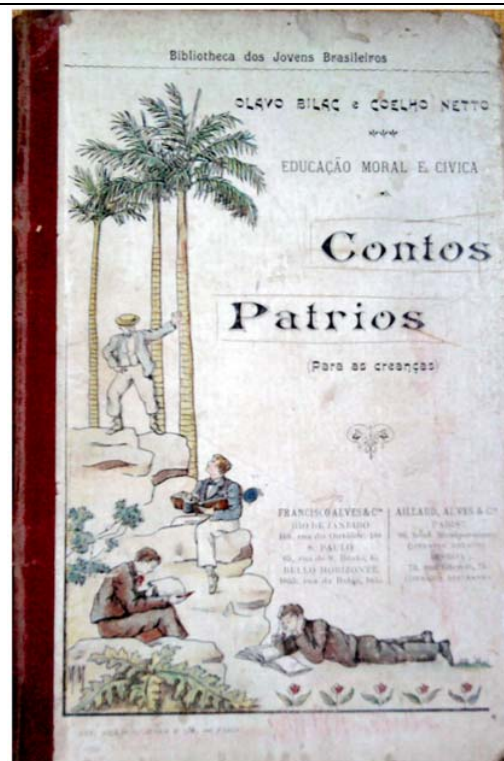


Fig. 5 - Capa da 7ª ed. de *Contos Pátrios* (COELHO NETTO, 1911) Acervo particular

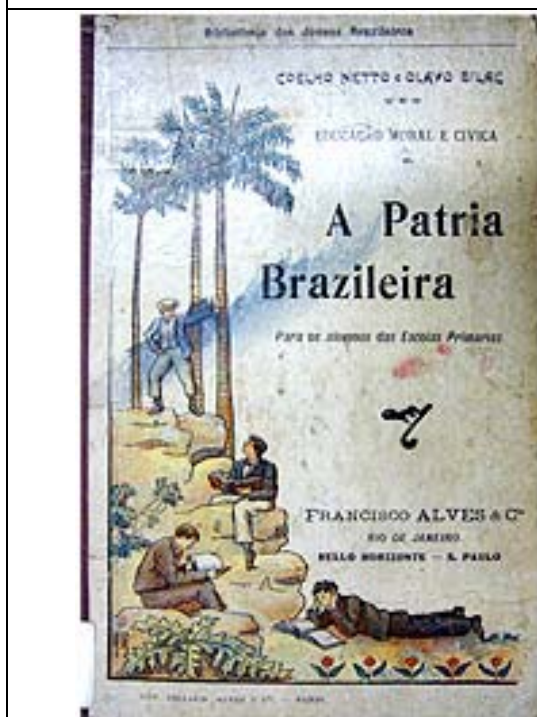


Fig. 6 - Capa de *A Pátria Brasileira* (COELHO NETTO, 1916)

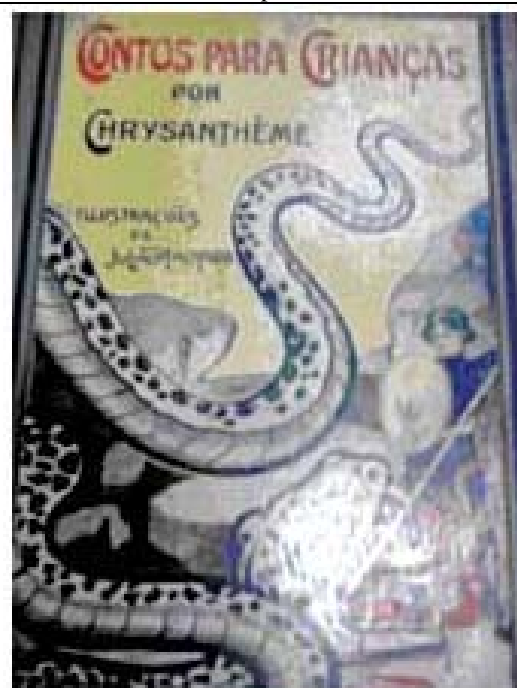




Fig. 7 - Capa de *Contos para Crianças* (CHRYSANTÈME, 1906)



Acervo Biblioteca Nacional	Acervo Biblioteca Nacional
----------------------------	----------------------------

A semelhança nas capas dos livros cívicos da coleção, entretanto, não se estende às ilustrações dos capítulos, já que, enquanto os dois primeiros tinham desenhos (específicos para cada livro) assinados por “M.M.”, a *Pátria Brasileira* foi ilustrado com fotografias em preto e branco de obras famosas de Victor Meirelles, Pedro Américo, Almeida Junior, Bernadelli, etc.

	
<p>Fig. 8 - Ilustração de “M.M.” para o capítulo “A fronteira” de <i>Contos Pátrios</i> (BILAC; COELHO NETTO, 1911) Acervo particular</p>	<p>Fig. 9 - Quadro “A Primeira Missa” de Victor Meirelles, que ilustra o capítulo de mesmo nome em <i>A Pátria Brasileira</i> (BILAC; COELHO NETTO, 1916) Acervo Biblioteca Nacional</p>

A comparação entre os dois casos mostra como os diferentes tipos de ilustração acrescentam sentidos aos textos, sugerindo, em cada caso, uma leitura específica. No primeiro exemplo o artista interpretou o texto, assumidamente ficcional, representando o personagem e o cenário do conto segundo sua percepção destes elementos. No segundo, autores ou editor (não se sabe), ilustrou o texto de pretensão historiográfica, com obras famosas que, em se tratando de representações construídas em diferentes momentos conferiam, a despeito de seu anacronismo, uma autoridade aos textos, eles mesmos muito descritivos.

Essa é uma tendência dos livros que divulgavam conteúdos históricos ou que pareciam utilizar o mínimo possível de elementos ficcionais, apenas para tornar a leitura mais agradável.

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles?

Nestes casos, a ilustração de tipo mais realista, como as fotografias, retratos ou reproduções de obras de arte, serviriam para amenizar os aspectos de “fantasia” atuando como autoridades capazes de corroborar a “verdade” relatada nos textos.

Exemplos dessa vertente são os livros *Histórias da terra mineira* (GÓIS, 1914), *Terra Pernambucana* (SETTE, 1932) e *Brasil, minha terra!* (SETTE, 1928).



Fig. 10 - Ilustração do capítulo “O escravo fiel” de *Histórias da Terra Mineira* (GÓIS, 1914) Acervo Biblioteca Nacional

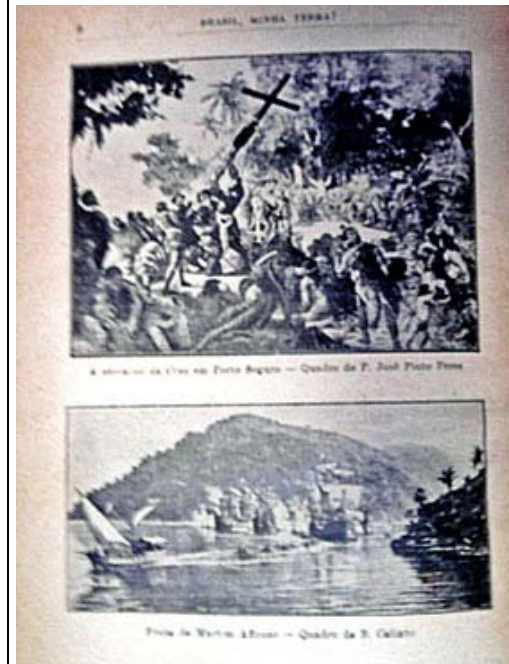


Fig. 11 - Ilustração do capítulo “A bênção” de *Brasil, minha terra!* (SETTE, 1928) Acervo Biblioteca Nacional

Ainda sobre *Contos Pátrios*, vale notar que a partir da década de 1930 as edições teriam, além da mudança de capa, desenhos de Vasco Lima, agora com crédito na folha de rosto. Os desenhos deste artista continuariam sendo utilizados, mesmo após a nova reformulação da capa a partir da 45ª. edição de 1961, que substituiu o desenho figurativo das capas anteriores por uma estética mais moderna e gráfica, o que deixa dúvidas sobre a autoria das capas das edições reproduzidas a seguir (Fig. 12 e 13).

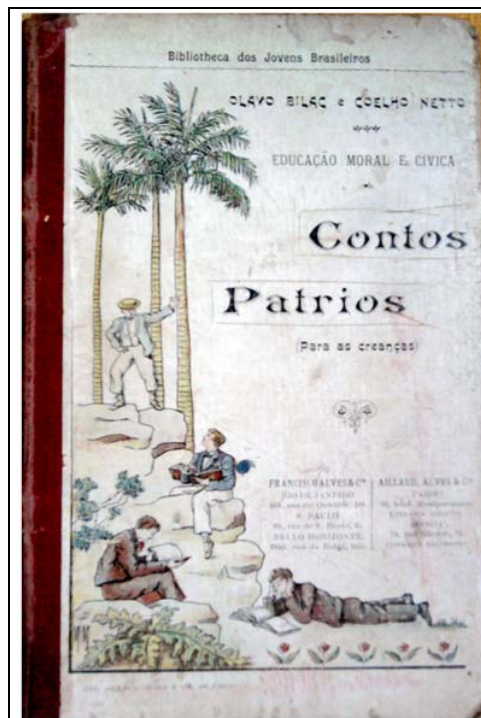


Fig. 12 - Capa da 7ª ed. de *Contos Pátrios*  
(BILAC; COELHO NETTO, 1911)  
Acervo particular

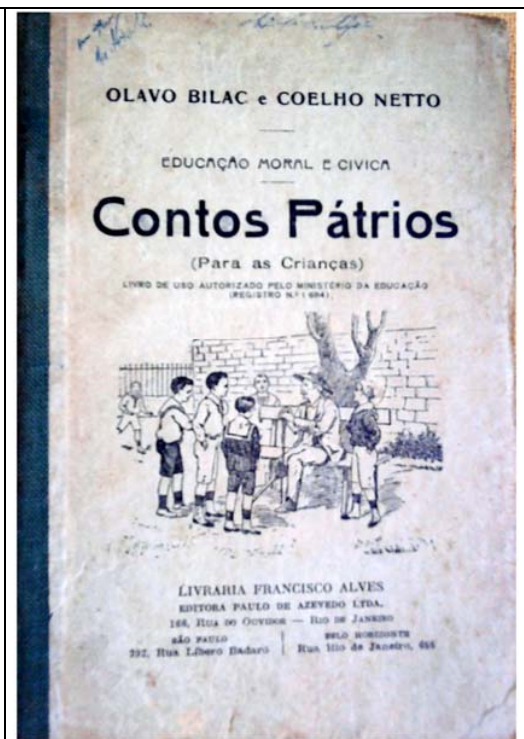


Fig. 13 - Capa da 42ª ed. de *Contos Pátrios*  
(BILAC; COELHO NETTO, 1954)  
Acervo particular

Os novos desenhos, entretanto, seguiam o mesmo estilo que os anteriores, representando personagens, episódios e cenários dos contos sem mudanças de sentido significativas, ao contrário das ilustrações das capas que mostram uma notável mudança na percepção dos “jovens brasileiros” aos quais era destinado o livro.

Um caso excepcional de endereçamento preciso e consciente dos textos contidos no livro aos dois tipos de leitores-alvo, mediadores adultos e crianças, é o conhecido *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bomfim, publicado em 1910 pela Livraria Francisco Alves. Na longa “Advertência e Explicação”, os autores fornecem instruções claras sobre as possibilidades que eles previam para o melhor uso daquele livro: servir como “livro único”, fornecendo “motivos, ensejos, oportunidades, conveniências e assuntos, para que o professor possa dar todas as lições, sugerir todas as noções e desenvolver todos os exercícios escolares, para boa instrução intelectual de seus alunos do curso médio, de acordo com os programas atuais e com quaisquer outros que se organizem com a moderna orientação da Pedagogia” (BILAC; BOMFIM, 1948, p. VI-VII).

É interessante notar, também, a percepção mais clara desses autores acerca do papel das ilustrações na “produção de sentidos” dos livros destinados às crianças. Em suas palavras:



Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles?

Justamente porque procuramos apenas um pretexto para apresentar a realidade, preferimos ilustrar este livro somente com fotografias; se há nestas páginas alguma fantasia, ela serve unicamente para harmonizar numa visão geral os aspectos reais da vida brasileira. (BILAC; BOMFIM, 1948, p. VIII-IX).

Esta frase demonstra uma posição bem menos ingênua em relação à interação das imagens com o texto do que a intuição de Köpke, expressa dez anos antes, de que este recurso seria um “complemento utilíssimo”.

Contudo, mesmo que as edições posteriores de *Através do Brasil* continuassem a ser introduzidas com a “Advertência e Explicação” da primeira edição, as fotografias, em alguns momentos, foram substituídas por gravuras que ainda seguiam o modelo “realista” das ilustrações originais.

A capa de *Através do Brasil*, porém, diferentemente dos livros da “Biblioteca dos Jovens Brasileiros” da mesma editora, não possuía nenhum atrativo, assemelhando-se às capas de *História de nossa terra* (ALMEIDA, 1911) e *Primeiras Saudades* (BOMFIM, 1920), o que pode indicar, talvez, uma economia justificada pela certeza do consumo destes livros pelo público escolar, ou ainda a ausência de qualquer expectativa em relação à sua apropriação para leitura recreativa ou vocação para serem ofertados como presente para crianças.



Fig. 14 - Capa da 1ª ed. de *Através do Brasil* (BILAC; BOMFIM, 1910)  
Acervo Biblioteca Nacional

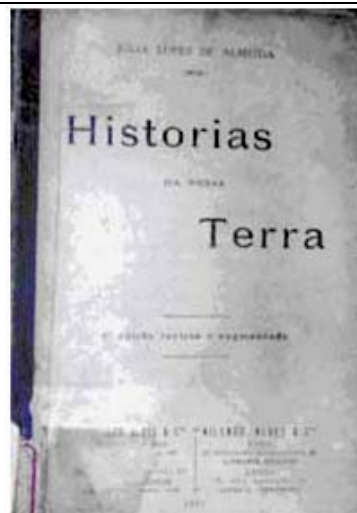


Fig. 15- Capa da 6ª ed. de *Histórias da nossa terra* (ALMEIDA, 1911)  
Acervo Biblioteca Nacional

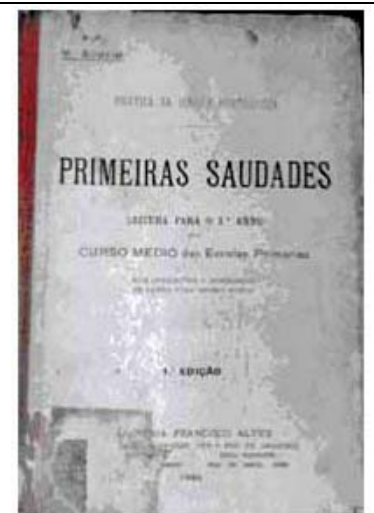


Fig. 16 - Capa da 1ª ed. de *Primeiras Saudades* (BOMFIM, 1920)  
Acervo Biblioteca Nacional

Patrícia Santos Hansen

Apesar do livro de Julia Lopes de Almeida não conter indicação da intenção da autora ou do editor de que fosse usado como “livro de leitura”, “educação cívica”, ou para algum segmento específico de escolaridade, nem qualquer informação sobre sua aprovação ou adoção por autoridades da educação, o fato do livro ter chegado à 6<sup>a</sup>. ed., em 1911 (a primeira edição é supostamente de 1907), é um bom indício do sucesso e da aceitação do livro.

*Histórias da nossa terra*, uma reunião de contos, cartas e anotações fictícias de crianças, meninos e meninas, é uma exceção pelo fato de não segmentar o público por gênero, além disso, entre os livros publicados antes de 1920, é o único que não induz a esta distinção. Se também for considerada a pretensão de identificação dos leitores com os personagens, o livro reforça, ainda, a representação das meninas leitoras com fotografias de escolas femininas.

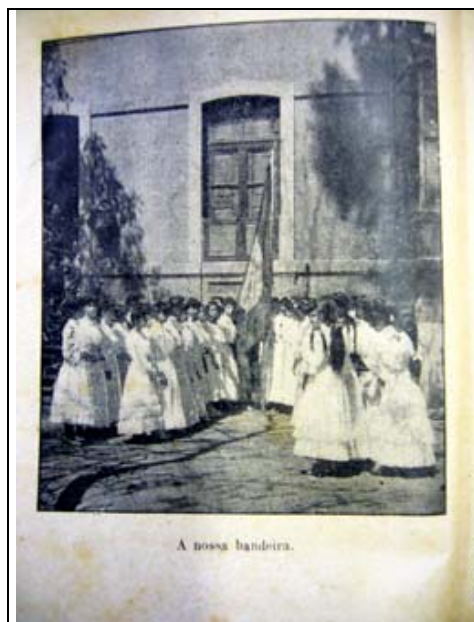


Fig. 17 - Fotografia que ilustra o capítulo “A nossa bandeira” em *Histórias da nossa terra* (ALMEIDA, 1911, 6)  
Acervo Biblioteca Nacional



Fig. 18 - Fotografia que ilustra o capítulo “A nossa língua” em *Histórias da nossa terra* (ALMEIDA, 1911, 10)  
Acervo Biblioteca Nacional

Já *Primeiras Saudades* é, assim como *Através do Brasil*, apresentado como um “livro de leitura para o curso médio das escolas primárias” e, apesar de não se alongar tanto quanto no outro livro do qual é coautor, Bomfim dedica algumas páginas para explicar o livro, dessa vez para “pais e mestres”.

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

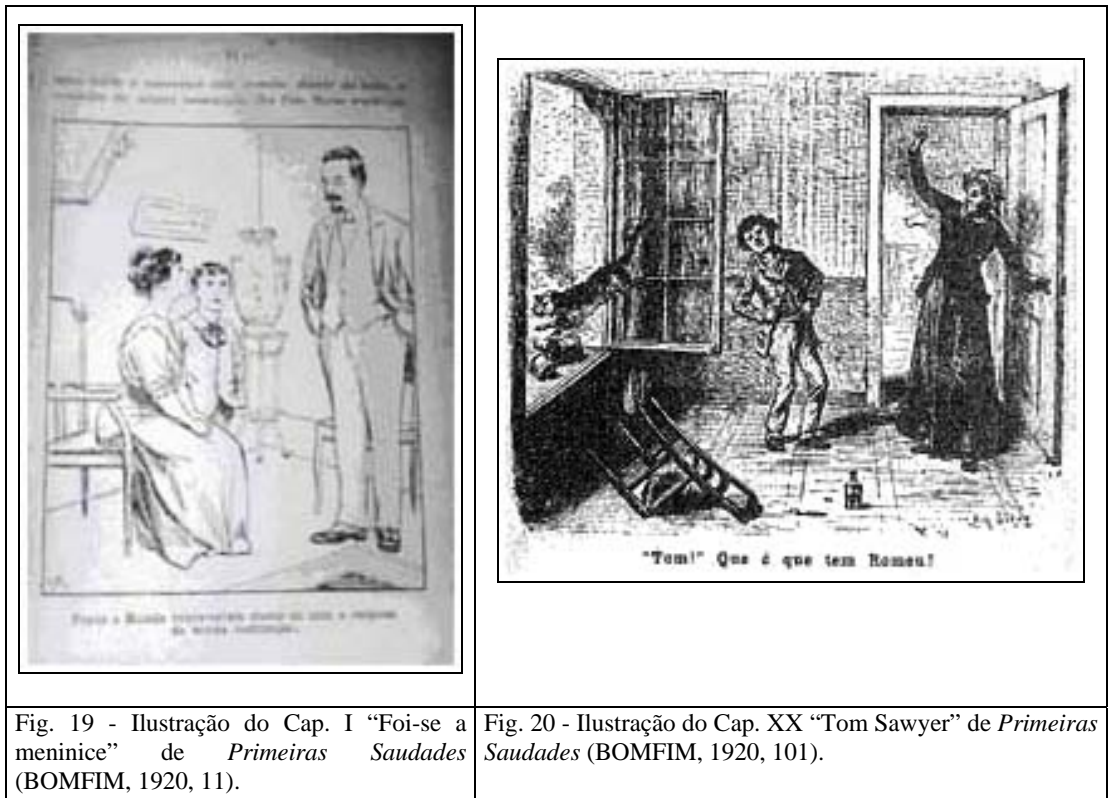
Como em *Através do Brasil*, a despeito da narrativa ficcional dos dois livros, o autor novamente sublinha os componentes “verídicos” ou “realidades” contidas naquele livro de leitura, aspectos de sua intenção pedagógica:

Aos pais e mestres

Um livro de leitura, para as escolas primárias, deve ser nimamente educativo: é o primeiro que se oferece à criança, e é o resumo da própria escola. Fala à inteligência da criança e ao coração; condensa as lições, e dá ocasião, ao mestre, para comover e inspirar. Então, assunto tão sério, como a própria educação, não pode ser deixado simplesmente à fantasia. O livro de leitura deve ser nutrido de realidades, porque só a realidade educa; só a realidade é capaz de provocar os movimentos íntimos e as resoluções fortes e lúcidas com que se faz a educação da criatura humana.

Este livro, que traz o intuito de servir à educação moral do aluno, é feito somente de realidades. Quase todos os episódios que aqui se lêem são verídicos: foram vividos e sentidos. Nestas páginas, fala uma criança – para que as outras crianças possam compreender e apreciar; mas procurei trazer para as palavras dessa criança pensamento e sentimento, porque, sem idéia, sem emoção, o livro de leitura deixaria de ser educativo: não teria influência sobre a alma da criança. [...] (BOMFIM, 1920, p. 5).

Dessa vez, porém, apesar do livro ser ilustrado, o autor não faz qualquer referência ao papel das imagens e o(s) ilustrador(es) também não recebe(m) qualquer crédito por seu trabalho. Contudo, é possível identificar a existência de uma assinatura nos desenhos que representam os personagens, cenários e situações fictícios narrados no livro, e outras nos trechos em que o protagonista Raul ou seu pai lembram, contam ou “leem” histórias de outros autores como Kipling, Anatole France e Mark Twain. Neste caso, é provável que as imagens sejam reproduções das ilustrações dos originais e/ou das edições brasileiras. Um outro tipo de ilustração associa-se às “lições de coisas”. Estas, que representam elementos naturais como animais ou plantas, mas também povos indígenas (!), não possuem crédito ou assinatura. Mas uma novidade desse livro em relação às ilustrações feitas para representar elementos de ficção do enredo é a utilização de legendas, que reforçam a associação com um trecho específico da narrativa dentro do capítulo no qual se insere.



Aqui também há novidades em relação à representação dos papéis materno e paterno na educação dos filhos. Se o papel da “mãe como educadora” já estava relativamente difundido, não era tão comum idealizar-se um pai a ocupar-se tanto da educação e formação do filho, como faz o pai do protagonista. Os “pais” nas ficções cívicas eram, até então, representados como “amigos”, exemplos de virtudes positivas e trabalho, mas em *Primeiras Saudades* o pai do protagonista Raul é praticamente um modelo de pedagogo.

No primeiro capítulo, o narrador/protagonista Raul relata sua ida para o colégio e seu pai é apresentado da seguinte forma:

[...] Nem sei como papai teve coragem de separar-se de mim. Mamãe, esta combina com tudo que papai resolve, porque, também, ele nada resolve contra a vontade dela. Nunca os vi discutirem. Conchavam, concordam, mas é papai quem decide. Por isso, eu contava sempre com ele.  
[...] E como tenho para mim que a vida de criança terminou, quero aproveitar estes dias, aqui a bordo, para escrever todas as passagens importantes da minha vida, [...].

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

Em quase todas elas figura papai. É verdade que eu vivia mais tempo com a mamãe, mas, sempre que havia uma circunstância mais importante na minha vida papai estava ao meu lado ou eu o procurava. Ele tinha um tal modo de fazer as coisas e de dizer o que convinha que todos em casa aceitavam a sua direção sem nenhum constrangimento. Agora mesmo: ele esteve uma tarde a conversar com mamãe, diante de mim, a respeito da minha instrução. No fim, ficou resolvido que eu viria este ano para o colégio, e tudo se preparou imediatamente. (BOMFIM, 1920, p. 9-12).

Como o narrador já anuncia no primeiro capítulo, o pai figura em todas as passagens importantes de sua vida, que é propriamente o que será narrado no livro. Nesse sentido, este personagem ganha tanta importância quanto o protagonista, na medida em que as situações lembradas pelo menino são, em sua grande maioria, as “lições” de seu pai. Tais lições, deve-se ressaltar, não são apresentadas na forma de exortações, cartas ou discursos prescritivos do que fazer em uma ou outra situação, como era comum na literatura cívica (e continuou sendo, diga-se de passagem), mas aprendidas por meio de “provocações”, como se a cada momento o pai vislumbasse a possibilidade de induzir o filho a um aprendizado.

Porém, apesar desse “pai pedagogo”, no que diz respeito à infância brasileira, o livro não é inovador em termos de gênero, considerando que novamente tem-se, aqui, um protagonista do sexo masculino e as meninas, que aparecem somente nas personagens das “primas”, servem de mero pretexto para exemplificar características não só negativas como também vícios tradicionalmente atribuídos às mulheres como a vaidade, a tolice e o gosto por futilidades.

No conjunto de livros cívicos de ficção, com exceção do livro de Júlia Lopes de Almeida, é somente na década de 1920 que foi encontrado um livro em que um menino e uma menina podem ser considerados igualmente protagonistas. Trata-se de *Coração Brasileiro*, cuja primeira edição não foi localizada e que teve uma segunda edição em 1925.

Dedicado pelo autor Francisco Faria Neto a seus quatro filhos: José, Gláucia, Jessé e Samuel, os quais também emprestam seus nomes aos personagens, *Coração Brasileiro* é narrado em primeira pessoa por José, e organizado na forma de setenta e duas “palestras”.

Esse formato até aparece anunciado na folha de rosto da 2ª edição, editada pelo Anuário do Brasil, sendo posteriormente suprimido, conforme se verifica na 5ª edição da Francisco Alves, publicada em 1940. Esta já “revista e atualizada pelo autor” seria organizada em capítulos.



Fig. 21 - Folha de rosto da 2ª. ed. de *Coração Brasileiro* (FARIA NETO, 1925)  
Acervo Biblioteca Nacional



Fig. 22 - Folha de rosto da 5ª. ed. de *Coração Brasileiro* (FARIA NETO, 1940)  
Acervo Biblioteca Nacional

Note-se que, além das epígrafes retiradas da 5ª. edição, muda também o texto que indica a chancela oficial do livro. Na segunda edição consta a informação de que o livro teria sido “aprovado e adotado pelo governo do Estado de S. Paulo para o 2º. ano do curso primário”, já na edição de 1940, a “obra” é apresentada como “aprovada pelo Departamento de Educação de S. Paulo, para uso nas escolas públicas e particulares”.

Mudança mais significativa, porém, é a supressão dos capítulos: “Cena da rua”; “Injustiça reparada”; “24 de Fevereiro”; “Uma glorificação”; “A escola dos tempos passados”; “A república na escola”; “Do jogo ao crime”; “A nossa língua”; além dos cinco últimos da 2ª. edição.

Ao ler os textos retirados, fica claro o motivo da supressão: a maioria, direta ou indiretamente, faz o elogio da República. Em particular a “35ª. palestra” intitulada “A república na escola”, aborda o tema explicitamente. (FARIA NETO, 1925, p. 123-127).

Se as modificações foram causadas por censura dos órgãos públicos, por exigência da nova editora do livro ou o próprio autor se antecipou à possibilidade de ver seu livro no ostracismo, não se sabe. Fato é que o “Preâmbulo” da 5ª. edição é assinado pelos editores e são eles que sublinham a “cuidadosa revisão e atualização pelo autor”. A questão é que, para um regime autoritário como o Estado Novo, cuja principal referência negativa era o “excessivo liberalismo” atribuído às

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles?

constituições republicanas anteriores, associado à experiência da Primeira República e ao sistema representativo, não seria nada coerente permitir a utilização de um livro com conteúdo francamente republicano e liberal nas escolas.

Contudo, a sobrevivência após o Estado Novo de um livro tão vinculado aos ideais e valores da Primeira República demonstra a habilidade política do editor (naquele momento específico, editores) da Francisco Alves. Como, aliás, a capacidade de continuar editando outros títulos bem mais antigos e do mesmo gênero como *Contos Pátrios* e *Através do Brasil*.

O caso de *Coração Brasileiro* deixa óbvio, também, que para “compreender” o autor valendo-se de seus livros, é fundamental recorrer, sempre que possível, à primeira edição. Neste exemplo, em particular, sem conhecer os capítulos retirados, jamais se poderia supor a militância republicana de Faria Neto.

Autores de livros cívicos foram frequentemente alvo de críticas por seu excessivo “didaticismo”, que para alguns críticos justificaria mesmo a não consideração de seus textos como “literatura infantil”. Contudo, pode-se dizer que, ter um livro adotado pelas escolas nunca deixou de ser almejado por todos os envolvidos na produção de livros para crianças, sobretudo em tempos de reduzida escolarização e poucos leitores, por ser garantia de maior consumo, logo, de maior alcance e popularidade e, conseqüentemente, de maior retorno financeiro. Com isso, o tom didático pode ser tomado como uma estratégia para conquistar as autoridades escolares. Ou pode também ter outra explicação.

No caso dos autores aqui abordados, considerando suas biografias pessoais, profissionais e intelectuais, é possível somar motivações mais prosaicas, como o ganho pecuniário ao que pode ser reconhecido efetivamente como uma militância política, levada a cabo nessa produção de livros com teor nacionalista para crianças. Nesse sentido, o tom didático pode ser interpretado como ânsia de comunicabilidade ou até escassez de recursos estéticos e literários. Afinal, produzir literatura para crianças, a despeito do que se pensa, não é tarefa fácil.

E que melhor meio de intervir socialmente, a fim de realizar um ideal de nação utopicamente concebido do que “inculcando” valores e hábitos, “formando” os homens do futuro numa fase da vida em que, segundo a concepção daqueles autores, seu público se assemelhava ao “barro dútil e moldável”?

Para Bilac, por exemplo, o mais prolífico escritor para crianças em seu tempo, a importância que atribuía à produção de livros infantis na primeira década do século XX está exemplarmente descrita na conversa relatada por João do Rio ao visitar o poeta, a fim de recolher suas respostas para a enquete publicada em *O Momento Literário*.

Patrícia Santos Hansen

- Oito horas já? Há não sei quantas escrevo eu.

- Versos?

Oh! Não, meu amigo, nem versos, nem crônicas — livros para crianças, apenas isso que é tudo. Se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto. Talvez sejam idéias de quem começa a envelhecer, mas eu consagro todo o meu entusiasmo — que é a vida — a este sonho irrealizável. [...] (apud BUENO, 1996, p. 28).

Já na carta fictícia que introduz os diálogos de *A Grande Pátria*, o pai comenta com o filho as condições nas quais saía aquele livro.

E vê só em que época permitiu o acaso que o nosso livrinho saísse do silêncio da minha gaveta para a agitação do grande mundo!...No ano em que a nossa Pátria celebra o quanto centenário do seu descobrimento. Sem ser homenagem de apreço, que expressamente lhe votássemos, vai, contudo, aparecer como um atestado de que o amor dessa Pátria ainda prende seus filhos ao estudo da sua historia, e que eles, delirantes de prazer quando lhe lêem as páginas fulgurantes, gemem com ela sempre que a narração a mostra acabrunhada ao peso de adversidades. Valha-nos, ao menos, a consciência de que assim sinceramente a amamos para relevar a insignificância do valor do nosso tributo; e, nos quatro séculos de existência enobrecida por feitos do mais requintado civismo, que a trouxeram da Colônia à República, alentemos as esperanças para nos convenceremos de que o Sr. Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles e seus sucessores hão de continuar dignamente a obra de nossos antepassados, levantando a Nação ao apogeu da grandeza, se, compenetrados todos da excelência do novo regime político, lhes trouxerem o contingente de patriótica colaboração. (KÖPKE, 1900, p. XI).

Em *Alma:educação feminina*, Coelho Netto declara seu amor pela língua portuguesa ao defender o uso correto do idioma. O autor de *Terra Pernambucana*, por sua vez, faria sua declaração na própria dedicatória do livro: “À minha terra e à minha gente a que quanto mais vivo, mais quero” (SETTE, 1932). Para terminar as declarações de amor à pátria, vale citar Faria Neto que, no “Preâmbulo” da 2ª edição de *Coração Brasileiro*, reconhecia:

Com prazer, cumpre o autor, antes de mais nada, com um dever, — o de agradecer muito de coração o acolhimento franco e bondoso do professorado público e da imprensa, não só do Estado de S. Paulo, como de outros Estados da União; cujo acolhimento além de ser uma prova de solidariedade muito confortável para o espírito brasileiro, é um testemunho altamente significativo de que o autor como brasileiro, não errou o alvo.

Ele, de fato, guiou-se na feitura deste trabalho, mais pela influência do seu coração, tendo sempre em vista o seu povo, pelo qual tanto estremece e por sua terra pela qual tanto se bate e, por isso, pode dizer com o velho e quase esquecido poeta Ferreira: ‘Eu desta glória só fico contente, Que a minha terra ameí, e a minha gente’. (FARIA NETO, 1925).



Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

Deve-se ressaltar que, na obra de alguns desses autores, é possível vislumbrar um verdadeiro programa para a formação da infância brasileira, o qual muitas vezes convergia com suas atividades extraliterárias.

Para mencionar apenas alguns exemplos, Manuel Bomfim e Olavo Bilac ocuparam cargos de destaque na Diretoria de Instrução Pública Municipal do Rio de Janeiro. Bomfim foi também professor de Instrução Moral e Cívica da Escola Normal e Bilac se envolveu ativamente na campanha pela instrução primária e pelo serviço militar obrigatório consolidada na criação da Liga de Defesa Nacional. Coelho Netto também se engajou na Liga, chegando a publicar por ela o seu *Breviário Cívico*. Sendo os autores com maior número de obras de caráter cívico-pedagógico, Bilac e Coelho Netto, ainda se notabilizaram pela promoção do civismo em discursos, conferências, na propaganda do Escotismo, sempre destacando o problema urgente da formação da nacionalidade.

A respeito de Júlia Lopes de Almeida, vale sublinhar sua singularidade. Considerando a especificidade do seu livro, no qual as personagens de crianças do sexo feminino aparecem em grande número, em forte contraste com os textos dos outros autores, sua leitura sugere uma espécie de transposição dos temas frequentes da autora, ligados à educação feminina e à afirmação do papel social da mulher, para o âmbito da valorização da infância brasileira, com a qual apenas os meninos poderiam se identificar até aquele momento.

Se, enfim, a maioria dos livros aqui analisados foi publicada tendo em vista a sua adoção nas escolas primárias, este aspecto, porém, pode ser interpretado como sintoma da especial relevância atribuída pelos intelectuais da Primeira República a este setor de ensino no processo de formação nacional e, logo, como meio de intervenção política e social.

Em relação aos editores, é importante desde logo apontar um protagonismo. Dos dezesseis livros que compõem a lista acima, seis foram editados desde a primeira vez por Francisco Alves. *Coração Brasileiro* passou a ser da mesma casa editora em algum momento entre a 3ª e a 5ª edição. Mas essa informação torna-se ainda mais significativa se for considerado que, dos dezesseis livros, apenas nove passaram da primeira edição, e aí se incluem todos os publicados pela Francisco Alves, o que parece ser um dado significativo para avaliar a competência dessa editora em relação a outras publicando livros do mesmo gênero e na mesma época.

Em seu estudo sobre Francisco Alves, Aníbal Bragança (1999) chama a atenção para a contribuição deste editor para a modernização da indústria editorial e para a profissionalização do escritor no Brasil, numa interessante abordagem baseada nos contratos entre a editora, que na época

Patrícia Santos Hansen

confundia-se com o editor, e os autores, Bragança consegue efetivamente demonstrar uma prática diferenciada deste editor em relação a outros contemporâneos.

Um depoimento de João Ribeiro, autor de vários manuais e compêndios escolares, na ocasião da morte do editor, em 1917, permite avaliar o reconhecimento das qualidades particulares de Francisco Alves:

Das 150 edições dos meus livros didáticos correram e correm ainda muito perto de um milhão de exemplares. Mas... tudo isto foi a obra do editor... Em mãos de outros ou nas minhas, gramáticas e compêndios nada valeriam e disso fiquei certo por algumas experimentações decisivas. Era o editor com seu serviço admirável de propaganda... Ele pagava o meu trabalho e em melhores condições que outros quaisquer... Era dedicado, pronto, fiel, exato e liberal. (*apud* HALLEWELL, 1985, p. 211-212).

A respeito dos outros editores de livros cívicos para crianças há poucas informações. Sobre I. Bevilacqua e C. de *América*, e J.R. dos Santos de *Alma*, por exemplo, não se sabe praticamente nada. Somente a partir da década de 1920 nota-se uma maior diversificação com a concorrência de editoras paulistas, articulada à ambição de se estender ao máximo possível dentro dos limites do mercado nacional.

Importa, também, notar alguma descentralização, o que é denunciado pela publicação de livros cívicos com caráter regional. Nesse sentido, temos *A terra fluminense* com somente uma edição, de 1898, pela Imprensa Nacional; *Histórias da terra mineira* de Carlos Góis, publicado pela primeira vez em 1914, com “edição e propriedade do autor”; e *Terra Pernambucana*, de Mario Sette, cuja terceira edição é de 1932, pela Imprensa Industrial do Recife. E é interessante que, tendo em vista sua inserção em um mercado delimitado pelas fronteiras estaduais, os livros mineiro e pernambucano tenham alcançado êxito deveras significativo, o que é atestado pela existência de uma 14a. edição do livro de Carlos Góis, em 1947, e pela 3a. edição do livro de Mario Sette que, entretanto, publicou pela Companhia Melhoramentos de S. Paulo *Brasil, minha terra!*

Além das informações contidas na capa e na folha de rosto – intenção de uso como livro de leitura, assunto moral e cívico, história regional, aprovação e adoção pelas autoridades estaduais de educação – e, na 14ª. edição, anunciada como obra “premiada com a medalha de ouro na Exposição do Centenário”, Carlos Góis ainda reproduzia no interior do livro uma certidão de 1913, pela qual as autoridades de ensino cancelaram o livro.

Aprovada, segundo a certidão, para o “4º. ano dos Grupos Escolares e 1º. ano dos cursos ginásial e normal”, na capa, autor e editor ressaltavam sua destinação para as “escolas primárias” (1914) e “escolas singulares” (1947).

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

No caso de *Terra Pernambucana*, o livro também conseguiria a chancela oficial das autoridades de ensino do estado, exibindo na capa: “Obra aprovada Instrução Pública de Pernambuco e adotada nas suas escolas”.

Entretanto, a despeito do êxito de livros escolares vocacionados para o mercado regional, os números alcançados pelas edições dos livros cívicos da Francisco Alves são absolutamente incomparáveis. Não por acaso, também, entre os quatro maiores sucessos da editora nesse gênero, três eram da autoria de Olavo Bilac: *Poesias Infantis*, de sua autoria exclusiva; *Contos Pátrios*, com Coelho Netto; e *Através do Brasil*, com Manuel Bomfim. O quarto entre os *best-sellers* do civismo brasileiro que, entretanto, teve vida mais curta, foi *Histórias da Nossa Terra* de Julia Lopes de Almeida.

*Poesias Infantis*, primeiro volume da “Biblioteca dos Jovens Brasileiros” com resultados mais modestos que os outros, estaria na sua 27<sup>a</sup>. edição, em 1961. *Contos Pátrios*, segundo volume da mesma Biblioteca, seria o que, em termos numéricos (considerando as dificuldades de localização dos exemplares e que podem induzir uma conclusão equivocada), alcançaria o maior êxito, chegando à 50<sup>a</sup>. edição em 1968, e *Através do Brasil* estava na 43<sup>a</sup>. edição em 1957. Já a respeito de *Histórias de Nossa Terra*, a última edição de que se tem notícia é a 21<sup>a</sup>. de 1930.

Esses livros da Francisco Alves, no que diz respeito à literatura infantil brasileira de caráter cívico, só foram ultrapassados por *Saudade* (ANDRADE, 1919) que, editado pela Companhia Editora Nacional, estava na 61<sup>a</sup>. edição em 1969 e chegaria à 64<sup>a</sup>. em 1977.

Esses dados parecem corroborar a tese de Aníbal Bragança sobre o lugar pioneiro de Francisco Alves para a consolidação da moderna indústria editorial no Brasil. Não fosse essa sua qualidade particular e mais tarde a habilidade dos editores que o sucederam, teriam estes livros vida tão longa? Cabe, aqui, lembrar da nota de “Apresentação” à 5<sup>a</sup> edição do *Coração Brasileiro*, assinada pelos editores, os quais conseguiram com notável perspicácia política (além da revisão e atualização atribuídas ao autor que, contudo, não se manifesta nessa edição), garantir a sobrevivência de um livro tão identificado com os ideais republicanos em tempos de Estado Novo.

A “Livraria Francisco Alves” reeditando, após cuidadosa revisão e atualização pelo autor, o livro “CORACÃO BRASILEIRO”, julga ter prestado à causa da educação primária no Brasil mais uma contribuição de valor.

O autor, professor Francisco Faria Neto é um educador conhecido. [...]

“CORACÃO BRASILEIRO” é um livro em que o autor visou duas finalidades principais: - a educação cívica e a formação moral da infância de hoje, sobre cujos ombros recairá toda a responsabilidade do Brasil de amanhã.

O livro de leitura diária não é, para as crianças, um simples agente para aprendizagem da língua. Ele deve concorrer em tudo e por tudo para educar, para

Patrícia Santos Hansen

concorrer no esforço de fazer de cada menino uma célula integrada no organismo da Pátria.

“CORAÇÃO BRASILEIRO” é um livro interessante, em que cada trecho procura inocular no coração da infância idéias nobres e sentimentos generosos. Aliás, assim bem formado sempre foi o coração brasileiro e, principalmente, o coração dos professores, ao qual os editores confiam o livro.

OS EDITORES. (FARIA NETO, 1940).

Por fim, o que dizer sobre os leitores? No âmbito da história da leitura, compreender o leitor infantil é uma das tarefas mais difíceis. Pois, como lembram Zilberman e Lajolo (2006, p. 19), o tipo de representação presente nos livros infantis mais do que dizer algo sobre a criança, “deixa transparecer o modo como o adulto quer que a criança veja o mundo”.

Considerando, contudo, a noção de que os significados são produzidos com base numa negociação entre leitores e livros e que sempre são muitos os resultados possíveis, os livros certamente têm algo a dizer sobre seu público consumidor.

No caso da literatura infantil de caráter cívico, é possível saber algumas características de seu leitor valendo-se das indicações de uso que já são oferecidas de imediato: faixa etária e de escolaridade, em alguns casos gênero, grau de competência de leitura com base na organização tipográfica, etc.

Entretanto, no que diz respeito aos dispositivos inscritos no texto, pode ser útil recuperar o lugar que Iser (1996) atribui ao “leitor implícito” no ato de leitura. Para ele, a leitura é negociação entre um texto, que pré-estrutura um papel para o leitor (implied reader), e os “leitores reais” que põem em jogo suas próprias experiências ao desempenhar aquele papel.

Essa noção é interessante para pensar o caráter de projeto do qual estão imbuídos os textos cívicos, assim como os destinatários destes projetos pedagógicos, em última instância aqueles capazes de identificar-se com uma representação bastante excludente da infância brasileira.

O que os livros cívicos dizem sobre seus leitores ideais, circunscritos pela categoria “infância brasileira” (HANSEN, 2007), é que esta é composta, em síntese, por crianças do sexo masculino, brancas, alfabetizadas, entre dez e doze anos de idade, aproximadamente, e pertencentes às camadas médias urbanas. Quaisquer que fossem os “leitores reais” destes livros, eles obrigatoriamente tinham que negociar com esta representação ideal.

A infância brasileira da ficção cívica, portanto, não se confunde com a totalidade da população infantil do Brasil na Primeira República. Trata-se de uma classificação que coexiste com outras infâncias, classificadas e transformadas em objeto de outros projetos, como o dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância, por exemplo. Nestes, a título de comparação, as crianças vêm de famílias pobres, e sendo seu principal objetivo “salvar moralmente” essa infância desamparada,

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

atuariam privilegiadamente sobre as crianças menores de oito anos, conforme determinava o médico Moncorvo Filho (1926, p. 141-146).

No caso da literatura cívica, finalmente, o significado de “brasileiro” não estava associado de modo estrito ao direito de cidadania e nacionalidade garantido pela Constituição de 1891, adquirido pelo nascimento. A enunciação mais clara dessa acepção encontra-se em *Minha terra e minha gente* de Afrânio Peixoto (1916), entretanto, a leitura dos textos cívicos permite identificar essa concepção em vários outros autores. Para Peixoto, “brasileiro” era uma qualidade que não se adquiria por nascimento, mas por formação. Tal como aparece expresso na afirmação do autor: “Para educar, isto é, conduzir, socialmente, os futuros brasileiros, parece que não deveria haver outro caminho, além deste da verdade honestamente procurada e dita com franqueza”. Nesta acepção, portanto, o menino seria brasileiro no futuro, depois de sofrer uma ação pedagógica que o transformasse efetivamente em um cidadão.

Mais uma vez, essa noção reforça a interpretação de parte significativa dos livros cívicos enquanto projetos nacionais e serve para distinguir o cerne destes projetos, a identificação de um sujeito: a “infância brasileira”, que ao se tornar objeto de uma ação pedagógica eficaz transformar-se-ia no principal agente do progresso do país.

### **Referências:**

ALMEIDA, J. L. de. *Histórias da nossa terra*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, 1911.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981. (1909)

BILAC, O. (Trad.). *Juca e Chico*: história de dois meninos em sete travessuras. Rio de Janeiro: Laemmert & C.ª eds., 1901.

BILAC, O. *Poesias infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.

BILAC, O.; COELHO NETTO, H. *A terra fluminense*. Educação cívica. (livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BILAC, O.; COELHO NETTO, H. *A pátria brasileira* (para os alunos das escolas primárias). 3. ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, Alves & Cia., 1911. (1909)

BILAC, O.; COELHO NETTO, H. *Contos Pátrios*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.

Patrícia Santos Hansen

- BILAC, O.; COELHO NETTO, H. *Contos Pátrios*. 28ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.
- BRAGANÇA, A. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, M. (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.
- BUENO, A. (Org.). *Olavo Bilac: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- CHARTIER, R. (Org.) *Práticas da leitura*. 4ª. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- COELHO NETTO, H. *América* (educação cívica). Rio de Janeiro: Editores I. Bevilacqua & C., 1897.
- COELHO NETTO, H. *Alma*. Educação feminina. Rio de Janeiro: J.R. dos Santos, 1910.
- CORREA, V. *Contos da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921.
- FARIA, M. A. Belmonte ilustra Lobato. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (Orgs.). *Monteiro Lobato livro a livro*. Obra infantil. São Paulo: Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- FARIA NETO, F. *Coração Brasileiro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1925.
- FARIA NETO, F. *Coração Brasileiro*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1940.
- GÓIS, Carlos. *Histórias da Terra Mineira*. Belo Horizonte: Edição e propriedade do autor, 1914.
- GÓIS, C. *Histórias da Terra Mineira*. 14ª. ed. Belo Horizonte: Edição e propriedade do autor, 1947.
- HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil* (sua história). São Paulo: T.A Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo: 1985.
- HANSEN, P. S. América. Uma utopia republicana para crianças brasileiras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 504-521, jul.-dez. 2009.
- HANSEN, P. S. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/>>.
- HUNT, P. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- ISER, W. *Ato da Leitura*. Vol. 1. Uma teoria do efeito estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- KÖPKE, J. *A Grande Pátria*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1900.
- MONCORVO FILHO, A. *História da Proteção à Infância no Brasil* (1500-1922). Rio de Janeiro: Emp. Graphica Ed., 1926.
- PEIXOTO, A. *Minha terra e minha gente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Lisboa-Paris: Aillaud e Bertrand, 1916.

Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da  
Primeira República dizem sobre eles?

PERROT, M. (Org.). *História da vida privada*. vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PIMENTEL, A. F. *Histórias da Avozinha*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1896.

POMBO, R. *Nossa pátria*. Narração dos fatos da História do Brasil, através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas. São Paulo/Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1917.

RIBEIRO, J. Advertência. In: DE AMICIS, E. *Coração*. (tradução brasileira autorizada, feita da 101.<sup>a</sup> edição italiana por João Ribeiro). 46.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.

SETTE, M. *Terra Pernambucana*. 3.<sup>a</sup>. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1932.

SETTE, M. *Brasil, minha terra!* São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1928.

Recebido em 18/05/2011

Aprovado em 25/09/2011.